

Política de Desenvolvimento Territorial Rural: um estudo comparativo entre o Distrito 165-Huamantla - Tlaxcala, México e o Território da Cidadania Paraná Centro – Paraná, Brasil

Política de Desarrollo Territorial Rural: un estudio comparativo entre el Distrito 165-Huamantla (Tlaxcala, México) y el Territorio de la Ciudadanía Paraná Centro- Paraná, Brasil

Jorge Luiz Favaro^{1(*)}
Alfonso Pérez Sánchez²
Jorge Montenegro Gómez³

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar de forma comparativa a materialização da Política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) tendo como base dois países: Brasil e o México. Os recortes escolhidos para o estudo são: Território da Cidadania Paraná Centro do Brasil e no México é o Distrito 165 de Huamantla, do Estado de Tlaxcala. A investigação fundamenta-se nos princípios teóricos da metodologia de pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados a partir da combinação das técnicas: entrevista oral semiestruturada, observação direta sistemática e a análise documental. Como resultado observa-se que a política de desenvolvimento territorial executada nos dois países, tem uma estrutura muito semelhante. A análise nos remete a um tipo de política totalmente deslocada da redução da pobreza e do crescimento econômico com equidade. A gestão social se enquadra nas concepções de políticas que enfatizam, como objetivo principal, o aumento da “eficiência e da efetividade” defendido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, no qual a ênfase está na criação de condições de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado. A política de DTR é marcada pela abordagem rdagem gerencial que enfatiza, primordialmente, a necessidade de

1 Dr.; Médico Veterinário; Professor do Departamento de Agronomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro; Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03, CEP: 85040-080, Guarapuava, Paraná, Brasil; E-mail: jorgelfavaro@uol.com.br (*) Autor para correspondência..

2 Doutor em problemas econômicos agroindustriais, Professor e Pesquisador do El Colégio de Tlaxcala-México; Endereço: Melchor Ocampo 28, El Centro, 90600, Tlaxcala de Xicohtencatl, Tlax., México; E-mail: alfonsops65@yahoo.com.mx

3 Dr.; Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Paraná, UFPR; Endereço: Jardim das Américas, Caixa-postal: 19001, CEP: 81531-990, Curitiba, Paraná, Brasil; E-mail: jorgemon@ufpr.br

Recebido para publicação em 18/06/2015 e aceito em 14/12/2015

Ambiência Guarapuava (PR) v.12 n.2 p. 721 - 738 Maio/Ago. 2016 ISSN 2175 - 9405
DOI:10.5935/ambiencia.2016.02.15

enxugamento do Estado e a transferência de instrumentos de gerência empresarial para o setor público servindo apenas para “legitimar” um processo de engajamento das populações a um padrão de socialização e comportamento que o sistema capitalista exige para funcionar, enquanto a maior parte dos recursos financeiros públicos são dedicados a fortalecer a grande produção de *commodities*.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Rural; Território da Cidadania Paraná Centro; Distrito 165 Huamantla.

Abstract

El objetivo de este trabajo es analizar comparativamente la materialización de la política de desarrollo territorial rural (DTR) basada en dos países: Brasil y México. Los territorios seleccionados son: el Territorio de la Ciudadanía Paraná Centro en Brasil y el Distrito 165 Huamantla en México. La investigación realiza una lectura crítica de este tipo de política. La información se obtuvo a partir de: entrevistas con gestores y beneficiarios de las políticas, observación directa y análisis documental. Como resultado se obtuvo que la política de DTR implementada en los dos países tiene una estructura muy similar. También se obtuvo que en ninguno de los dos territorios de estudio, la política de DTR ha tomado una acción decisiva que aborde la situación de los productores descapitalizados y la lucha contra la pobreza, como se afirma en los objetivos de ésta. La gestión social se ajusta a los conceptos de aumento de la “eficiencia y eficacia” propugnados por el Banco Mundial, en el que se fomenta la creación de condiciones para la gobernabilidad y asegurar el funcionamiento del libre juego de las fuerzas del mercado. Por lo tanto, la política de DTR se caracteriza por un enfoque de gestión abocado a “legitimar” un proceso de involucrar a las personas a un nivel de socialización que el sistema capitalista requiere para funcionar, mientras la mayor parte de recursos financieros públicos se dedican a fortalecer la gran propiedad y la producción de *commodities* en gran escala.

Palabras clave: Desarrollo Territorial Rural; Territorio Ciudadanía Paraná Centro; Distrito 165 Huamantla.

Introdução

A partir da década de 1990, o desenvolvimento territorial rural se constitui na principal orientação das políticas de desenvolvimento rural, especialmente desenvolvido na América Latina.

Segundo Montenegro (2007), a ênfase nas questões territoriais, na América latina é apoiada e incentivada com a conformação de uma forte estrutura institucional de suporte.

De acordo com o autor, as principais instituições que dão sustentação ao processo de desenvolvimento territorial rural, na América Latina, são: o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ).

Além dessas instituições, destaca-se a presença de dois institutos de pesquisa e capacitação, que catalisam uma parte importante dos estudos, reuniões, cursos e oficinas envolvendo questões de desenvolvimento territorial rural: a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), com um perfil mais centrado na pesquisa, e o Projeto Regional de Cooperação Técnica e Formação em Economia e Políticas Agrárias e de Desenvolvimento Rural na América Latina (FODEPAL), com um perfil mais voltado para a formação.

Completando o staff que sustenta o discurso e a prática do desenvolvimento territorial rural, na América Latina, encontra-se a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

(FAO), o Banco Mundial (BM), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Para Echeverri e Echeverri (2010), o avanço da proposta de desenvolvimento territorial rural com apoio dessas instituições pode verificar-se empiricamente na materialização em vários países da América Latina. Entre as experiências destaca-se a promulgação da Lei do Desenvolvimento Rural Sustentável no México, a política de Territórios Rurais no Brasil, o Sistema de Planejamento Estratégico Territorial da Guatemala, a estratégia de Clusters produtivos na Argentina e os processos de descentralização de desenvolvimento rural na Colômbia. Essas políticas de desenvolvimentos de uma forma geral têm como diretrizes algumas ações em comum entre elas: o combate à pobreza; a inclusão produtiva dos pequenos produtores e a gestão social através de processos participativos.

A pergunta que se faz é: como essas políticas se materializam empiricamente nesses países, visto que os órgão/entidades idealizadores e ancoradores são os mesmos? Quais as diferenças e as semelhanças que ocorrem na aplicação dessa política nesses países?

Dentro desta perspectiva, o objetivo geral desse artigo é analisar de forma comparativa a materialização dessa política, tendo como base dois países: Brasil e o México, embora com realidades bastante diferentes é interessante para verificar o caráter homogeneizante da política. O recorte escolhido para o estudo são duas unidades: no Brasil é o Território da Cidadania Paraná Centro e no México é o Distrito 165 de Huamantla, do Estado de Tlaxcala.

Esta investigação fundamenta-se nos princípios teóricos da metodologia de pesquisa qualitativa. Para conseguir o máximo possível de amplitude e profundidade, os dados foram coletados a partir da combinação das seguintes técnicas: entrevista oral semiestruturada, observação direta sistemática e análise documental. A entrevista oral semiestruturada foi aplicada a atores da política nos dois Territórios.

O artigo está dividido em quatro partes: na primeira apresentamos uma revisão teórica sobre o conceito de território e os eixos da proposta de desenvolvimento territorial; na segunda fazemos uma apresentação dos pontos principais que norteiam a Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil e no México; na terceira é apresentado um breve panorama das duas unidades de estudo: o Território da Cidadania Paraná Centro e do Distrito 165- Huamantla. Na última parte realizamos a apresentação e análise dos resultados dos estudos de forma comparativa entre as duas unidades.

Desenvolvimento Territorial: eixos norteadores

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar e entender o que é um Território concebido como unidade de planejamento de uma política pública, de um território real. Começaremos a refletir sobre o que seria um território. Para efeito didático e de entendimento chamaremos Território com T (maiúsculo) o concebido como unidade de planejamento e o território com t (minúsculo) como território real.

Para Raffestin (1993; 1987), o território é um espaço modificado pelos atores, revela relações de poder e é objetivado por relações

sociais, concreta e abstratamente de poder e dominação, o que implica na cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isto assenta-se na construção de nós, malhas e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais que constituem o território. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço. O território se apoia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Saquet (2010) aponta que Raffestin conceitua a territorialidade como um caráter relacional: produto de coletividade, na qual os indivíduos mantêm relações entre si.

Já no Território visto como unidade de planejamento de políticas públicas, Fernandes (2008) comenta que a definição de Território por órgãos governamentais e agências multilaterais não considera as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos no Território de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e não expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder.

Neste contexto observa Fernandes (2008), que o conceito de território é usado muitas vezes como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Também segundo Fernandes (2005), uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial

tem como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito. Essa visão do conceito de território, que não elimina o conceito de região, também é observada por Saquet (2010) quando estuda o processo de desenvolvimento territorial na Itália que, segundo ele serve de pressuposto teórico para a implantação desta política na América latina trabalhando a partir da estruturação do espaço em recortes articulados, no processo de certo território.

Favareto (2010) afirma que o desenvolvimento territorial ganhou espaço tanto no debate científico como nas políticas públicas, por razões de conjuntura e por influência das discussões e experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia. Em especial para a experiência da “Terceira Itália”, que de acordo com o autor passou a inspirar a literatura normativa, fato que pode ser observado nos estudos da OCDE (1993¹ ; 1995²) e outros que o seguiram, publicados pelo Banco Mundial (1997³ ; 2001⁴), FAO (2004⁵) e

CEPAL (2003⁶). Estes passaram a ser o ideal normativo em experimentações no campo das políticas, tomando como referência a iniciativa mais conhecida: o programa Leader – Liaisons Entre Actions de Développement de l’Economie Rurale, que, de acordo com o mesmo autor, foi a principal referência para a política de Desenvolvimento Territorial Rural.

Um dos eixos principais da Política de Desenvolvimento Territorial adotado na América Latina, é a ênfase na participação dos atores territoriais no processo de planejamento, implementação e gestão da proposta que contempla, de acordo com Frey (2004), a linha adotada a partir dos anos 90 de “governança interativa”, que tem a “participação” como estratégia político-administrativa de “governar”. De acordo com Frey (2004), a ampliação do debate da governança no âmbito das Ciências Política e Administrativa se deve certamente à retração do Estado promovida pelas políticas neoliberais das últimas duas décadas e à evidente incapacidade das instituições públicas enfraquecidas em lidar eficientemente com os crescentes problemas públicos. O autor aponta uma observação importante: de um lado há uma ambiguidade na abordagem da governança, com evidências claras do pano de fundo ideológico das diferentes concepções, e pode ser levantada, partindo da lógica e das necessidades administrativas e governamentais; de outro, a bandeira da “emancipação social” e da “redistribuição de poder”. Para o autor pode-se distinguir concepções de governança que enfatizam, como objetivos principais, o

1 OCDE. **What future for our countryside?** A rural development policy. Paris: OCDE, 1993..

2 OCDE. **Creating employment for rural development – new policy approaches.** Paris; OCDE, 1995..

3 THE WORLD BANK. **Rural well-being** – From vision to action. Proceedings of the Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development. Washington, DC, 1997..

4 THE WORLD BANK. Rural development strategy and action plan for the Latin America and the Caribbean Region. **Main Report**, 2001. Vol. I

5 FAO. **Una propuesta para el desarrollo rural** – Desarrollo Territorial Participativo y Negociado (DTPN). Grupo de Trabajo: DAS, 2004.

6 CEPAL; FAO; RIMISP. La pobreza rural en América Latina: lecciones para una re-orientación de las políticas. **Série Seminários e Conferências**, n.27. Santiago de Chile, 2003.

aumento da eficiência e da efetividade, como no caso do “good governance” defendido pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (no qual a ênfase está na criação de condições de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado); e concepções de caráter emancipatório, como a “governança participativa” ou “governança social negociada” que salientam a importância da governança “como uma fonte de novos experimentos na prática democrática” (FREY, 2004).

Pontes (1990) já não vê possibilidades de implementação de políticas públicas de “caráter emancipatório” no sentido de transformar a sociedade através dos aparelhos do Estado, visto que os aparelhos (instituições) são feitos “apesar do discurso” para a manutenção do sistema capitalista e não para sua transformação. Para Pinto (1986), a proposta de “participação” colocada em políticas públicas pelo Estado tem sempre o sentido de “legitimar” na perspectiva de manter, assegurar, reforçar a aceitação de um projeto principalmente em momentos de mudanças ou críticas ao modelo imposto pela classe dominante. Ao adjetivar a palavra “participação” em programas governamentais, Pinto (1986) afirma que não se muda o seu “caráter de classe”, simplesmente, muda-se a ênfase; o seu enfoque deixa de ser “coercitivo”, dando-se ênfase ao “aspecto consensual”. Para o autor em um planejamento do Estado a participação é sempre concedida, constrangida ou outorgada, isto é, impõe um limite: pode-se ir até que não se ultrapasse os limites determinados pela classe dominante.

Os planos governamentais de “desenvolvimento rural” podem ser inseridos neste contexto, pois não contemplam as questões estruturais, tendem a dirigir recursos para atividades que não provoquem conflitos

econômicos, políticos ou ideológicos entre as classes. Os programas de desenvolvimento rural se constituem, basicamente, de questões econômicas e sociais, resumindo-se em atividades técnicas de produção agropecuária, em construção de infraestruturas e obras, como escolas, centros de saúde, saneamento ou, até mesmo, habitações. Lógico é a necessidade de se olhar para o econômico, o social, entretanto, segundo Valverde (1986), o desenvolvimento se estabelece ao nível político.

Um componente importante na análise de uma política pública que propõe gestão social/ participação é o “modelo” da Policy arena. De acordo com Frey (2000), a concepção da “Policy Arena” foi originalmente introduzida no debate científico por Lowi⁷ (1992). O autor aponta que ela parte do pressuposto de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas têm um efeito antecipatório para o processo político de decisão e de implementação.

Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo da Policy arena, refere-se, portanto, aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo.

Essas quatro formas de política podem também ser caracterizadas, no tocante à forma e aos efeitos dos meios de implementação aplicados, aos conteúdos das políticas e, finalmente, no que tange ao modo da resolução de conflitos políticos.

7 LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v.32, n.4, p.298-310, 1972..

2. A Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil e a Estratégia de Desenvolvimento Territorial no México

De forma breve panorâmica apresentaremos os pontos principais que norteiam as propostas de desenvolvimento territorial que estão sendo aplicadas no Brasil e no México.

No Brasil a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais vem sendo implementada pelo Governo Federal desde 2003, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A orientação estratégica do Governo Federal para esse período (2004-2007) direciona esforços para a redução da pobreza, o combate à exclusão social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais. Nesses marcos, cabe ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporar e implementar novas estratégias e critérios para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, prioritariamente nos espaços rurais de maior demanda social. A proposta de desenvolvimento territorial tem como sua missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA/SDT, 2005, p. 2).

Esta proposta aponta conceitos e ideias fundamentais que dão suporte à estratégia, tais como: “Território”, “Abordagem Territorial”, “Capital Social”, “Gestão Social”, “Empoderamento” e “Institucionalidades”.

Em complemento ao programa de Desenvolvimento Territorial Rural, o Governo Federal lançou, em 2008, de acordo

com MDA (2010), o Programa Territórios da Cidadania. Esse teve como objetivo geral a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com: integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas.

As premissas são o reconhecimento dos “Colegiados Territoriais” como instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito do programa; utilização dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), como referência para a identificação e atendimento de demandas, elaboração e financiamento de projetos, integração de políticas públicas e elaboração de planos e programas setoriais complementares.

Os critérios para seleção e definição dos Territórios de acordo com MDA (2010) tiveram a ponderação de diversos parâmetros, conforme descrição que se segue: conjunto de municípios com até 50 mil habitantes, densidade populacional menor que 80 habitantes/km², organizados em territórios rurais de identidade (iniciativa dos municípios em participar), municípios com baixo IDH – Índice de desenvolvimento Humano, concentração de agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária; concentração de populações quilombolas e indígenas. De acordo com o MDA/SDT (2012), o programa teve início em 2003,

com 65 territórios, em 2006 já abrangia 118 territórios e, em 2011, atuava em 164 territórios, distribuído em todos os Estados do Brasil.

No México, segundo Pérez e Montenegro (2011), o processo iniciou-se em dezembro de 2001 quando foi publicada a Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável (LDRS), que é a principal referência às ações legais que promovem o desenvolvimento rural no México. No artigo 4 da LDRS estabelece uma prioridade para promover atividades produtivas e desenvolvimento social a serem realizadas em várias regiões rurais, garantir uma utilização ótima, conservação e valorização dos recursos naturais, diversificando as atividades produtivas no campo, incluindo não-agrícola para melhorar a produtividade, rentabilidade, competitividade, renda e emprego da população rural). A Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação – SAGARPA – é a instituição do Governo Federal responsável por executar a LDRS. Essa mesma lei formalizou uma estrutura regional administrativa de execução de todos os programas da SAGARPA, chamada de DDR – Distritos de Desenvolvimento Rural. As regiões, em número de 192 foram determinadas pela SAGARPA para atender a população, que reúne um grupo de municípios, tendo como principal critério de aglomeração a proximidade geográfica e os canais de comunicação entre os municípios para facilitar o funcionamento dos programas da SAGARPA. Essas regiões muitas vezes não coincidem com o desenho regional administrativo de outras áreas (saúde, educação, bem estar social e etc) do governo federal e estadual. A LDRS reconhece a criação de Conselhos de Desenvolvimento

Sustentáveis a nível nacional, estadual e municipal e uma escala intermediária entre os Estados e os Municípios que são os distritais (PÉREZ; MONTENEGRO, 2011).

De acordo com Pérez e Montenegro (2011), para administrar/gerenciar/articular o programa com a LDRS criou-se o Conselho Mexicano de Desenvolvimento Rural Sustentável como órgão consultivo do Governo Federal. Este Conselho é composto pelos membros da Comissão Interministerial composta de nove ministérios, representantes de organizações públicas e privadas do setor rural, organizações nacionais de agroindustrialização e comercialização agrícola; associação de produtores (por produto), instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e movimentos sociais. É presidido pelo chefe de SAGARPA.

De maneira semelhante, em todos os Estados do México, e em cada Distrito de Desenvolvimento Rural (DDR) da SAGARPA e em cada município, a LDRS estabelece uma réplica da constituição do conselho acima. No Estado e em cada um dos 192 distritos o Conselho é presidido pelos representantes do Governo do Estado. No município a presidência é feita pelo prefeito. O papel do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) em cada uma de suas instâncias de uma forma geral é: coordenação de ações e atividades; emissão de pontos de vistas; divulgação e articulação de ações/atividades relacionadas com os programas; contribuição na construção no diagnóstico e plano de desenvolvimento rural. Em nível de cada Distrito as ações/atividades do Conselho são coordenadas pelo chefe Chefe Distrital de Desenvolvimento Sustentável escolhido e mantido financeiramente pela SAGARPA. Porém, como já falamos

anteriormente as reuniões dos Conselhos são presedidas por um representante do Estado. Para o caso do Estado de Tlaxcala, em nível de cada município existe uma “Oficina⁸ de Desenvolvimento Rural” muitas vezes chefiada pelo “Regidor Agropecuario⁹” que tem função de coordenar o programa em nível de município.

León (2011) explicita que a Estratégia de Desenvolvimento Rural no México, desde 2001 quando iniciou até 2010 sofreu várias modificações no nome, finalidades e objetivos. E a partir de setembro de 2010 a proposta até a presente data passou a chamar de “Estratégia de Desenvolvimento Territorial” (EDT). Esta tem como finalidade inserir os produtores de pequena escala econômica “com potenciais” nas cadeias de abastecimento que de geração de renda para melhorar a sua qualidade de vida. O objetivo é intervir nas cadeias produtivas que represente a maior prioridade para o desenvolvimento local do Território. Tem como objeto a inclusão produtiva de produtores com baixa escala econômica (LEÓN, 2011).

Para desenvolver a EDT nos anos de 2010/2011, em cada distrito foi criada uma equipe de assistência técnica composta de 5 técnicos (agrônomos e veterinários prioritariamente), selecionada por processo seletivo pela SAGARPA.

8 Em português significa a palavra escritório, no Brasil tem semelhança à Secretaria Municipal de Agricultura.

9 Regidor Municipal: equivale a função de vereador Municipal, que em alguns municípios no México ele tem função administrativa no governo municipal, em uma ou mais áreas, papel semelhante aos secretários municipais.

3. Breve panorama dos recortes territoriais da pesquisa: território da cidadania Paraná Centro e Distrito 165 Huamantla

O Território Paraná Centro, recorte espacial de nossa pesquisa, que foi implantada em 2003, e em abril de 2009, foi transformado em Território da Cidadania. O Território da Cidadania Paraná Centro, localiza-se na região central do Estado do Paraná. Abrange uma área de 15.045,50 km² e é composto por 18 municípios: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo. (FAVARO, 2014).

O processo de implantação do Território Paraná Centro, conforme IPARDES (2007) iniciou-se no ano de 2001, numa iniciativa conjunta entre a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR a Associação dos Municípios do Centro do Paraná - AMOCENTRO e Prefeituras Municipais.

O Território da Cidadania Paraná Centro apresenta uma população total, de acordo com IBGE (2010), de 341.696 habitantes, sendo 31,4%, ou seja, 108.788 habitantes residentes na área rural. Wanderlei (2004), estudando o rural brasileiro aponta que municípios com uma população não superior a 20 mil habitantes são considerados pequenos, essa realidade é notada em 16 municípios dos 18 do Território. Apenas Pitanga e Guarapuava tem uma população acima de 20 mil habitantes.

A autora aponta também em seus estudos que a maioria desses pequenos municípios tem uma frágil estrutura produtiva e que a tradição agrícola regional define uma estrutura urbana deficitária, com função de

intermediação comercial primária, baixo nível de urbanização e uma estrutura política marcada pelo 'mandonismo local' cuja base de poder sempre foi à propriedade da terra.

Essas características apontadas pela autora também são observadas empiricamente em 16 municípios dos 18 municípios do território. Essas características também vêm ao encontro com os estudos de Silva (2007), que considera a região de Guarapuava como Territórios Conservadores de Poder, cujos municípios pertencentes são procedentes de formações sociais mais arcaicas, com fortes tradições rurais, pouco modernizados ou modernizados recentemente. Caracterizam por relações políticas conservadoras, resultantes de ideologias e práticas de grupos políticos - econômicos hegemônicos caracterizados por relações políticas decorrentes como o clientelismo, a troca de favores, a dominação tradicional de base patrimonial e o oligarquismo (SILVA, 2007).

Outro ponto a ressaltar neste sentido é que quinze, dos dezoito municípios, pertencentes ao território foram desmembrados direta ou indiretamente do município de Guarapuava, município esse que, de acordo com Silva (2007), teve sua formação territorial via concessão de grandes extensões de terra, as sesmarias, permitindo a composição de latifúndios e impedindo ou restringindo o acesso a terra de camadas populares mais pobres. De acordo com a mesma autora, outro aspecto que deve ser considerado é o que diz respeito ao uso e a ocupação da terra, ou seja, as formas de exploração da mesma, que sempre deixaram de lado os desprovidos dos meios de produção.

O Território Paraná Centro apresenta, conforme IBGE (2006), um total de 28.562 estabelecimentos rurais, sendo: 81,1%, ou

seja, 23.167 estabelecimentos familiares¹⁰ com uma área total de 341.884 ha (28,6%). Já agricultura não familiar possui 5.395 estabelecimentos (18,4%) com uma área de 861.065 ha (71,4%).

Para evidenciar ainda mais a presença de unidades familiares com pequenas áreas, há no território, de acordo com IPARDES (2007), a presença de 39 assentamentos rurais em 13 municípios com 1952 famílias assentadas em uma área total aproximada de 43.000 ha cultivados no sistema familiar.

Este mesmo território, além dessa caracterização entre agricultura familiar e não familiar, apresenta um espaço rural com áreas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2005). Implicando em uma tradicionalidade que não é de um território arcaico ou milenar, mas um espaço de direito que se constitui social e politicamente a partir de um movimento de organização e identidade coletiva. O território Paraná Centro é muito rico neste aspecto apresentando: três terras indígenas; duas terras quilombolas e 27 faxinais. Com relação à pobreza, de acordo com IPARDES (2007), o total de famílias pobres¹¹ no território Paraná Centro, em 2000, era de 35.874, ou seja, 42,2% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%.

10 O IBGE utilizou como critério de definição de agricultores familiares, os estabelecidos pela lei n 11.326, de 24 de junho de 2006, que são: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não exceda a quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas seja predominantemente da própria família; a renda familiar ser predominantemente originada dessas atividades; que o estabelecimento ou empreendimento seja dirigido pela família.

11 Neste estudo, esse limiar está relacionado à renda per capita até meio salário mínimo.

O Distrito de Desenvolvimento Rural 165 – Huamantla compreende 13 municípios localizados ao norte e leste do estado de Tlaxcala. São eles: Huamantla, Altzayanca, Cuapiaxtla, El Carmen Tequexquitla, Ixtenco, San Jose Teacalco, Terrenate Tocatlán, Zitlaltepec de Trinidad, Sánchez Santos, Xaloztoc, Emiliano Zapata, Lázaro de Cardenas e Tzompantepec, compreendendo uma área total de 114,908 hectares representando 28,6% da superfície total do Estado de Tlaxcala.

Em 2005 de acordo com Pérez (2012), os 13 municípios do DDR 165 possuíam aproximadamente 194 mil habitantes. Entre 2000 e 2005 a taxa média de crescimento anual foi de 2%, sendo superior à taxa média de crescimento do Estado. A maior taxa de crescimento foi registrada pelo município de Tzompantepec com 4,3% e a menor foi registrada no município de Zitlaltepec de Trinidad Sánchez Santos com uma taxa de 0,6% devido principalmente à migração para os centros urbanos, como Puebla e Cidade do México. (PÉREZ, 2012).

De acordo com os dados da CONEVAL (2006), o DDR 165 apresenta vários municípios com altos percentuais de pessoas em situação de pobreza. Tal é o caso dos municípios de Emiliano Zapata e Altzayanca com quase 72% de suas populações na pobreza. Algo semelhante acontece com El Carmen Tequexquitla, Lázaro Cardenas, Trinidad Sánchez Santos e Terrenate que registrou entre 67% a 69% de sua população em situação de pobreza.

As atividades econômicas desenvolvidas no Distrito são diversas, com uma agrícola de acordo com Pérez (2012), estima-se que anualmente sejam cultivadas no Distrito em torno de 80.000 hectares, dos quais 88% da área é cultivado em condições

de sequeiro, com milho, feijão, abóbora, pêsego, entre outros em muitos casos são o sustento de famílias de agricultores rurais. O Distrito apresenta também áreas irrigadas com destaque para os municípios de Huamantla, Cuapiaxtla e Lázaro Cárdenas com a produção de batatas, cenouras, alface, alho, e forrageiras como a alfafa, milho forrageiro, aveia e outras espécies. Há também uma forte presença de produtores que exploram a bovinocultura leiteira, ovinocultura, caprinocultura e suínocultura. Também há produção de mel e derivados.

Um ponto importante a ressaltar no Distrito 165- Huamantla é o predomínio de pequenas propriedades. Nota-se em alguns municípios do Distrito propriedades com um solo muito raso e com problemas sérios de estiagem. Há também conforme depoimentos dos entrevistados do distrito uma grande quantidade de produtores rurais sem acesso a terra. É interessante a ressaltar que apesar da reforma agrária ter acontecido no México, observa-se a presença de grandes propriedades privadas.

4- Comparando a Política de Desenvolvimento Territorial entre o Brasil e o México com ênfase na gestão social e sujeitos beneficiários nos recortes territoriais: Território da Cidadania Paraná Centro- Brasil e o Distrito 165- Huamantla - México

Primeiramente, antes de entrarmos na análise na escala local das duas unidades de planejamento territorial em questão faremos uma pequena abordagem, resumida em três pontos, sobre a escala nacional que envolve os programas de desenvolvimento territorial nos dois países.

O primeiro ponto a ressaltar é que no México a estratégia de desenvolvimento é

regida por uma lei: Lei de Desenvolvimento Rural Sustentável (LDRS) de 2001, que estabelece as normas gerais de desenvolvimento da proposta, inclusive com a criação dos conselhos de desenvolvimento em seus quatro níveis: federal, estadual, distrital e municipal. Já no Brasil é apenas um programa, sua normatização não está prevista em lei. Sua operacionalização depende da disposição política dos dirigentes governamentais que estão na gestão seja federal, estadual e municipal.

O segundo ponto a destacar é em relação à participação dos municípios na proposta. No Brasil nem todos os municípios participam da Política, como vimos anteriormente, há critérios de participação dos municípios, baseados em números de habitantes e densidade populacional, índices de desenvolvimento humano, pobreza, números de agricultores familiares, onde apenas 45% dos municípios participam. No México todos os municípios, ou seja, 100% dos municípios fazem parte da estratégia de desenvolvimento territorial. Apesar da lei prevê a participação de todos os Estado da República Mexicana na Política, há Estados que não aderiram.

O terceiro ponto é a formação das unidades de planejamento territoriais no Brasil. Ela se deu pelas iniciativas locais dos municípios e de suas organizações em participarem chamados de “territórios de identidade” (salvo algumas exceções). Muitas vezes não coincidindo com as regiões administrativas federais e estaduais dos órgãos ligados a Agricultura, como também de outras áreas (saúde educação, ambiente etc.). No México o critério de formação dos Distritos de Desenvolvimento seguiu os critérios administrativos da SAGARPA, ou seja, o desenho de regiões. Muitas

vezes não coincidindo com os desenhos administrativos dos órgãos e instituições Estaduais que executam programas e atividades ligadas à agricultura e também a outras áreas. Ressaltando que em ambos os casos, a formação da unidade territorial segue, em termos gerais, a delimitação física (proximidade geográfica) e não os preceitos/conceitos de um “território real” pautado nas relações de poder e em um espaço modificado pelos como descrito por Raffestin (1993; 1987), e Saquet (2010).

Comparando-se as duas estratégias de desenvolvimento territorial pode-se inferir que a semelhança principal refere-se à supremacia da participação de órgãos públicos em relação à sociedade civil e o direcionamento ao setor produtivo agrícola já inserido ao mercado. Quanto aos pontos que diferenciam as duas estratégias de desenvolvimento territorial pode-se destacar que no Território da Cidadania Paraná Centro há uma paridade formal entre as entidades civis e públicas participantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial Rural, porém na prática isso não ocorre. O Distrito 165 - Huamantla descentraliza as reuniões do Conselho nos municípios que participam do Distrito, porém, também na prática, pouca diferença faz, pois as entidades participantes são as mesmas e não há momentos, na pauta, para conhecer e discutir a realidade e as experiências dos municípios anfitriões.

A participação dos atores nas duas estratégias de desenvolvimento territorial podem ser consideradas, de acordo com Pontes (1990), como uma participação outorgada ou constrangida. Isto significa que são impostas barreiras para que os sujeitos da Política não ultrapassassem os limites determinados pela classe dominante

representada pelo Estado e materializado pelas instituições públicas, principalmente em ações que contemplassem (ou amenizassem/resolvessem) os conflitos que impedem o desenvolvimento do Território. A política não cria e não propicia aos participantes um conjunto adequado de instrumentos, arranjos institucionais e canais de participação de forma a ampliar sua atuação para além da máquina governamental ou dos atores politicamente mais engajados.

Também se verifica que não foram criadas condições intencionais, de acordo com Frey (2004), com os diferentes atores ou grupo de atores que são prioritários na Política (indígenas, faxinalenses, assentados da reforma agrária, quilombolas, camponeses tradicionais e populações empobecidas urbanas e rurais). Não se criaram condições para os produtores com baixo potencial produtivo, tanto no caso do Território Paraná Centro, quanto no Distrito 165 – Huamatla, participarem das discussões nas bases. Também não houve espaços diferenciados para esses públicos no Conselho gestor e nas oficinas, da mesma forma condições de participação (transporte e alimentação) para os atores mais distantes ou desprovidos de recursos. Também há, em ambas as estratégias de desenvolvimento territorial, complicações em função do tamanho e da heterogeneidade (física, social, econômica, ambiental e cultural) do Território, o que não propicia uma identidade e coesão social entre os atores.

O formato das reuniões dos Conselhos, no México, e das reuniões e oficinas, no Brasil, não propiciam uma participação efetiva dos atores, pois, segundo Silveira (1987, p. 35), “as pessoas podem estar nas reuniões, mas estas só serão participativas se ocorrer um processo de reflexão analítica e mental por

parte dos presentes, desenvolvendo uma atitude combativa, de luta, de organização e objetivando as modificações das coisas”. Os eventos (reuniões e oficinas), de uma forma geral, são espaços informativos, onde não se realizavam reflexões sobre os assuntos; mesmo os diagnósticos dos Territórios, quando apresentados, são bastante panorâmicos, superficiais, sem propor análises sobre os porquês de determinadas situações. No caso do Distrito 165 - Huamantla é restrito a questões produtivas dos espaços rurais. Os projetos/programas quando discutidos/apresentados, partem das disponibilidades e da quantidade dos recursos, e não da realidade e dos problemas que poderiam ser resolvidos com o auxílio deles.

Conforme analisamos o processo de gestão social proposto, a Política não tem o que, de acordo com Pontes (1990), se chama de poder de indução, capaz de levar a população à superação da marginalidade em que vive pela sua integração ao processo de desenvolvimento imposto pelo setor dominante representado pelo Estado. O processo como um todo não passa do conceito de participação comunitária tradicional, entendida como a mobilização da população para a obtenção de certos recursos ou para consultas sobre decisões, ou ainda, para a representação junto a algum órgão ou algum grupo de trabalho. O que se obtém é a manutenção dos papéis sociais já existentes sem provocar conflitos econômicos, políticos ou ideológicos entre as classes, ou seja, que atuem nas raízes dos problemas que realmente impedem o desenvolvimento.

As pautas de discussões e ações realizadas têm pressupostos em políticas distributivas, isto é, políticas que de acordo com Frey (2000), não provocam nenhum tipo de conflitos. Esse tipo de política só parece

distribuir vantagens. Em geral, parecem beneficiar um grande número de pessoas, porém em escala relativamente pequena. Em nenhuma das duas unidades estudadas verificamos discussões/ações/investimentos de caráter redistributivo ou regulatório.

Estas questões foram observadas no Território Paraná Centro e no Distrito 165 - Huamantla, e vem de encontro com as percepções de Montenegro (2007). Segundo o autor, essa é uma das principais características da Política de Desenvolvimento Territorial desenvolvidas no Brasil e em toda América Latina. Em seu foco, não incorpora os conflitos, e nem enfrenta os problemas essenciais para melhorar as condições de vida das populações.

Quanto aos sujeitos beneficiados com a política no Território da Cidadania Paraná Centro, como em todos os territórios rurais do Brasil, o público beneficiário/prioritário da política, de acordo com o MDA/SDT (2012), são os agricultores e agricultoras familiares que, de forma homogeneizadora, o MDA engloba diversos sujeitos políticos¹². Porém, no período de 2003/2011 observou-se no Território o direcionamento das ações e investimentos quase que exclusivamente para agricultores familiares já inseridos no mercado. Não houve nenhum investimento (apesar de constar nas diretrizes da Política) para os demais sujeitos, tais como, camponeses, faxinalenses, quilombolas e indígenas.

¹² Envolve assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, moradores de áreas de fundo de pasto, retireiros, torrãozeiros, geraizeiros, catadeiras e quebradeiras de coco, faxinalenses, vazanteiros, ciganos, pomeranos, pantaneiros, caatingueiros, caiçaras, cabanados e outros (Conforme definido na Lei 11.326 de 24/07/2006 e Decreto/PR 6.040 de 7/02/2007).

Já no Distrito 165 – Huamantla, as ações executadas estão de acordo com a finalidade do EDT, isto é, de inserir os produtores de pequena escala econômica “com potenciais” nas cadeias de abastecimento com o objetivo de intervir nas cadeias produtivas. Observa-se no Distrito, conforme depoimentos de entrevistados, que muitos produtores ficam de fora do acesso aos Programas por problemas financeiros e também por falta de documentação, sejam pessoais, ou do imóvel, visto que a maioria deles são oferecidos pelo EDT na forma de financiamentos.

Outro ponto “estrangulante” do Distrito é a falta de técnicos para executar as propostas acordadas nas reuniões. Além de insuficientes em números, para atender os beneficiários há entraves burocráticos para a contratação. Os técnicos são contratados em uma parceria entre o Governo federal e o Estado (Unidade da Federação) e disponibilizados às entidades, que no caso pode ser as prefeituras ou associação de produtores (cadeias produtivas). A contratação ocorre por um período de sete meses, no qual recebem treinamento e inserem-se na realidade. Transcorrido este período, há um novo processo de contratação que, na prática, são geralmente de outros profissionais. Eles deverão realizar todo o processo, prejudicando gravemente a assistência técnica juntos aos produtores. Em nenhuma das duas unidades estudadas se verificou ações voltadas ou articuladas com outros programas no sentido de combater a pobreza, apesar de constar nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS - 2006/2011), tanto no Território da Cidadania Paraná Centro, quanto no Diagnóstico Territorial do Distrito de Desenvolvimento Rural 165 – Huamantla.

Há grandes concentrações de famílias consideradas pobres em ambos os Territórios.

Os resultados acima corroboram com as análises de Ramirez (2006), que afirma que o aspecto dominante do DTR implementado na América Latina ancorado por várias instituições (IICA, FAO, BM, FMI, FIDA entre outras) está ligado a manutenção do Status Quo e que deriva das necessidades da reestruturação capitalista, se tornando uma abordagem normativa com bases na manutenção de políticas neoliberais implementadas nas décadas anteriores, restringindo o alcance da ação social para as escalas local e regional. A política assume como “imutável” as premissões substantivas de um modelo econômico globalizado dominado por grandes empresas de alimentação e de insumos químicos, tendo como resultado a exclusão da maioria das famílias do campo, colocando os países da América Latina longe da soberania alimentar, da equidade e da eliminação da pobreza.

Considerações Finais

Observa-se que a Política de Desenvolvimento Territorial executada nos dois países, com base nesses dois recortes de pesquisa tem uma estrutura muito semelhante para não dizer a mesma. As diferenças se encontram apenas no campo da operacionalização e dos encaminhamentos. Como semelhança principal pode-se levantar as seguintes situações: a primeira é que o território é contemplado apenas no sentido de uma unidade de planejamento (agrupamento de municípios com proximidade geográfica) desprezando o real sentido de território visto como espaço relacional de poder e identidade; a segunda, é que a análise do processo/ resultado nas duas unidades nos remete a

um tipo de política totalmente deslocada da redução da pobreza e do crescimento econômico com equidade. Segundo Ramirez (2006), isto se deve porque na prática, a Política de Desenvolvimento Territorial tem suas possibilidades concretas obstruídas pelas prescrições de políticas neoliberais implementadas na América Latina nas décadas anteriores, tais como: redução do gasto público, políticas monetárias restritivas em particular do crédito, desmantelamento do aparato institucional de apoio ao campo, privatização de empresas estatais, burocracia da máquina pública.

A proposta do Desenvolvimento Territorial Rural por meio de suas instâncias de execução (conselhos, fóruns etc), como também em suas diretrizes tem totalmente fora de agenda o questionamento dessas prescrições, como também não tem nenhuma ação concreta contra elas, pelo contrario “consolida” ao não contemplar as questões estruturais e nem as raízes dos problemas, dirigindo as discussões e recursos para atividades que não provocam conflitos econômicos, ambientais, políticos ou ideológicos entre as classes, configurando-se, portanto, como uma política distributiva.

Outro ponto observado concordando com os estudos de Ramirez (2006), é que a proposta omite que a agricultura e os espaços rurais estão submetidos a um conjunto de decisões macroeconômicas que limitam seu desenvolvimento, sujeitando-os a um modelo basicamente excludente que oferece como principal e quase única alternativa a inserção de alguns produtores às cadeias produtivas dominadas por grandes empresas internacionais de alimentos e de insumos agropecuários, deixando de lado inúmeros sujeitos ditos “prioritários” da política dos dois países excluídos do processo.

Como consequência do exposto acima se verificou empiricamente nas unidades estudadas, que nem o foco, nem a quantidade de recursos aliados à burocracia e a falta de assistência técnica aos produtores, permitem uma ação efetiva da Política que enfrente a situação dos produtores descapitalizados e nem inseridos ao mercado e tanto menos no enfrentamento da pobreza.

Outra situação estudada está relacionada com a gestão social, onde o processo participativo verificado nas duas unidades se enquadra nas concepções de política que enfatizam, como objetivo principal, o aumento da “eficiência e da efetividade” defendido pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, no qual a ênfase está na criação de condições

de governabilidade e na garantia do funcionamento do livre jogo das forças de mercado marcada pela abordagem gerencial que enfatiza, primordialmente, a necessidade de enxugamento do Estado e a transferência de instrumentos de gerência empresarial para o setor público servindo apenas para “legitimar” um processo de engajamento das populações a um padrão de socialização e comportamento que o sistema capitalista exige para funcionar.

Com a análise realizada entre as unidades dos dois países podemos inferir que a proposta de desenvolvimento territorial não é aprovada pela maioria dos atores entrevistados, e que se encontra em pleno declínio em credibilidade, gerando dúvidas quanto a sua continuidade como proposta de desenvolvimento.

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. 2005. (Palestra – Seminário Sobre Questões Indígenas), 2005. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/639912>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

CONEVAL. **Tabulados de población total, pobreza por ingresos, indicadores índice y grado de rezago social según entidad federativa, 2005**. 2006. Disponível em: <<http://www.coneval.gob.mx>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

ECHEVERRI, R. P.; ECHEVERRRI, A. M. P. Marco teórico, avances y tendencias em enfoque territorial del desarrollo rural. In: **Hacia una gestión territorial: institucionalidad y concurrencia en la operación de los Consejos Municipales de Desarrollo Rural en México / IICA, INCA, Red para la Gestion Territorial del Desarrollo Rural, México: IICA, 2010. p. 20-38.**

FAVARO, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no Território da Cidadania Paraná Centro**. 2014. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2014.

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos e políticas sobre o desenvolvimento territorial. In: FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010. 220 p. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FREY, K. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, n.5, p. 117-136, 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n.21, p.211-259, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/popul>>. Acesso em: 25 maio 2011.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba: IPARDES, 2007.

LÉON, Á. Antecedentes de la estrategia de desarrollo, territorial. In: IICA. **Seguimiento a la Estrategia de desarrollo territorial y estudios específicos**. IICA, SAGARPA, México, D.F., 2011. p. 16-28.

MDA/SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Manual PROINF 2012**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2012.

MDA/SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da cidadania: integração de políticas para reduzir desigualdades**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2012.

MDA/SDT. Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília, DF: MDA/SDT, 2005.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Ancoragem institucional do desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma rede de Saberes, prática e poderes para o controle social. **Raíces**, Campina Grande, v.26, n. 1 e 2, p. 71-80, 2007.

PÉREZ, A. **Seguimiento de la Estrategia de Desarrollo Territorial (EDT) en el Distrito 165 de Huamantla en el Estado de Tlaxcala (2011-2012)**. México, DF, IICA, SAGARPA, INCA, 2012.

- PÉREZ, A.; MONTENEGRO, J. R. **Reporte de investigación posdoctoral en el posgrado de Geografía de la Universidad Federal do Paraná**. 2011. (Inédito).
- PINTO, J. B. **Participação: rito ou prática de classe?** Ijuí: UNIJUI, 1986. (Caderno de Planejamento Participativo, n. 3).
- PONTES, R. M. **A Proposta participativa da extensão rural do Paraná de 1980 a 1986**. 1990. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 1990.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, C. Repères pour une theorie de la territorialité humaine. **Cathier/Groupe Reseaux**, n. 7, p 263- 279, 1987.
- RAMÍREZ, C. Crítica al enfoque del desarrollo territorial rural. **Revista Alasru-Nueva Época**, Chapingo, n.3, p.46-79, 2006. (Universidad Nacional Autónoma de Chapingo, México).
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.
- SILVA, M. da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Guarapuava: Unicentro, 2007.
- SILVEIRA, V. E. **O que entendemos por educação popular**. Ijuí: UNIJUI, 1987. 166 p. (Cadernos de Planejamento Participativo, n.7).
- VALVERDE, A. H. **Uma experiência de planejamento participativo na América Latina-Perú**. Ijuí: UNIJUI, 1986. (Caderno de Planejamento Participativo, n. 3).
- WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v.23, n.1 e 2, p.82-98, jan/dez, 2004.